



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

PROPOSIÇÕES TRAMITANDO NO CONGRESSO NACIONAL

Terras Indígenas

PROJETO	AUTOR	EMENTA	SITUAÇÃO ATUAL (11/08/09)
PEC 215/00	ALMIR SÁ (PPR/RR)	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49, modifica o § 4º e acrescenta o § 8º, ambos no art. 231 da CF, incluindo dentre as competências exclusivas do CN a aprovação de demarcação homologadas; estabelecendo que os critérios procedimentos de demarcação serão regulamentados por Lei. Apensadas as PEC 37/07, PEC 117/07, PEC 275/04, PEC 257/04, PEC 319/04, PEC 156/03, PEC 579/02.	3/12/2008 - (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela admissibilidade desta, da PEC 579/2002, da PEC 156/2003, da PEC 257/2004, da PEC 275/2004, da PEC 319/2004, da PEC 37/2007 e da PEC 117/2007, apensadas. 10/7/2008 - (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela inadmissibilidade desta e das PECs apensadas. 31/1/2007- MESA - Arquivado nos termos do Artigo 105 do RI. Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto, pela inadmissibilidade desta, da PEC 579/02, da PEC 257/04, da PEC 275/04, e da PEC 319/04, apensadas.
PEC 133/92	NICIAS RIBEIRO- PMDB/PA	Acrescenta parágrafo ao artigo 231 da CF, dependendo de autorização previa do CN a demarcação das terras indígenas, após a aprovação da extensão e dos limites territoriais.	18/10/1995- Plenário (Plen) -Publicação do parecer da CCJR e CESP. Pronto para a ordem do dia. 17/10/1995- aprovação do parecer favorável do relator da CESP, Dep Salomão Cruz, com substitutivo, contra os votos dos Dep Gilney Viana e outros.
PEC 38/99 Senado	MOZARILDO CAVALCANTE -PDS/RR	Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas). Tramita em conjunto com as PEC nºs 86, de 2003; 03, de 2004; e 31, de 2005.	11/05/2009 CCJ - Incluída na pauta da Comissão. 25/03/2009 CCJ: Pedido de vista concedido à Senadora Serys Slhessarenko e aos Senadores Augusto Botelho e Expedito Júnior.. 24/03/2009 CCJ – Relatório Senador Valter Pereira c/ voto pela aprovação da PEC nº 38/1999, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da PEC nº 3, de 2004. 16/02/2005 - PLEN- Leitura do Parecer nº 20, de 2005-CCJ (em reexame), Relator Sen. Leomar Quintanilha, favorável à matéria com a apresentação das Emendas nºs 5 a 8-CCJ.
PEC 188/07	MARCELO ITAGIBA - PMDB/RJ	Altera o art. 33 da CF. Constitui como Território Federal, denominado de "Território Brasileiro Indígena" as áreas, contíguas ou não, tradicionalmente ocupadas pelos índios.	01/04/2009 CCJC - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Hugo Leal pela inadmissibilidade. 2/4/2008 - CCJC - Designado Relator, Dep. Hugo Leal (PSC-RJ)
PEC 161/07	CELSON MALDANER - PMDB/SC	Altera o inciso III do art. 225 e o § 4º do art. 231 da CF, e art. 68 do Ato das Disposições Transitórias. Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. Apensada a esta a PEC-291/2008.	03/06/2009 CCJC - Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Luiz Couto. 20/11/2008 – CCJC - Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO), pela admissibilidade desta e da PEC 291/2008, apensada. 5/6/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO), pela admissibilidade.
PEC 409/01	HUGO BIEHL - PPB/SC	Modifica o § 6º do art. 231 da CF, preservando os direitos do pequeno produtor rural que ocupe terras indígenas e que detenha títulos havidos e benfeitorias erigidas em boa fé, através de competente registro. Apensadas as PECs 161/03 e 282/2008.	13/8/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela admissibilidade desta, da PEC 161/2003 e da PEC 282/2008, apensadas 7/4/2008 - CCJC- Devolvida sem Manifestação. 8/11/2007- CCJC - Designada Relatora, Dep. Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG). Já foi arquivada e desarquivada duas vezes. Tem parecer de 2002 apresentado pela inadmissibilidade na CCJC.
PDC 1323/08	HOMERO	Susta a Portaria nº 1.429, de 4 de agosto de 2008, do	29/05/2009 CAPADR – Designada Relatora, Dep. Luciana Costa (PR-SP)

	PEREIRA - PR/MT	Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, que declara de posse permanente do grupo indígena Manoki a Terra Indígena Manoki, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.	17/12/2008 - MESA - Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária
PDC 1346/08	HOMERO PEREIRA - PR/MT	Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Sustação, Decreto Federal, regulamentação, processo, demarcação, terras indígenas	3/6/2009 – CAPADR - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles e Anselmo de Jesus. 15/04/2009 – CAPADR - Parecer do Relator, Dep. Moises Avelino (PMDB-TO), pela aprovação. 28/1/2009 – MESA - Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária
PDC 797/08	DAGOBERTO PDT-MS	Susta as Portarias da FUNAI, de Nºs 788, 789, 790, 791, 792, e 793, de 10 de julho de 2008, que criam grupos técnicos para identificar terras indígenas Guarani no MS. Apensado o PDC 858/08	24/06/2009 – CDHM - Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela rejeição deste, e do PDC 858/2008, apensado. 1/4/2009 – CAPADR - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles e Beto Faro, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro. 10/3/2009 – CAPADR - Parecer do Relator, Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), pela aprovação deste e do PDC 858/2008, apensado.
PDC 480/08	VALDIR COLATTO- PMDB/SC	Susta os efeitos da Portaria nº 1.128 de 13 de agosto de 2003, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da Terra Indígena Ibirama La-Klanô ou Duque de Caxias, nos Municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina.	07/05/2009 CDHM – Designado Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) 4/9/2008 – CDHM - Designado Relator, Dep. Airtton Roveda (PR-PR)
PDC 510/08	HOMERO PEREIRA - PR/MT	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 11 de dezembro de 1998, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maraiwatsede, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.	06/08/2009 - CDHM – Devolvido á Relatora, Dep. Janete Capiberibe (PSB-AP), que fez parecer pela rejeição do PDC. 15/4/2009 - CAPADR - Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Anselmo de Jesus. 15/4/2009 -CAPADR -Aprovado por Unanimidade o Parecer,
PDC 475/08	HOMERO PEREIRA - PR/MT	Susta a Portaria nº 2.136, de 14 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, que declara de posse permanente do grupo indígena Kayabi a Terra Indígena Batelão, localizada nos municípios de Juara, Tabaporã e Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso.	24/04/2009 MESA - Arquivado 07/04/2009 MESA – Declara a prejudicialidade deste PDC em razão de Portaria do MJ (787) suspendendo os efeitos da Portaria 2.136 4/12/2008 – CDHM - Parecer do Relator, Dep. Lincoln Portela (PR-MG), pela aprovação. 19/6/2008 - CAPADR -Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO) pela aprovação
PDC 393/07	ZEQUINHA MARINHO - PMDB/PA	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da T.I. Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.	5/11/2008 - CDHM - Designado Relator, Dep. Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE) 9/6/2008- CDHM - Designado Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) 26/3/2008 CAPADR - Aprovado o Parecer Relator, Dep. Lira Maia (DEM-PA) pela admissibilidade, contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Anselmo de Jesus, Vignatti, Fernando Melo e Beto Faro.
PDC 70/07	WALDIR NEVES - PSDB/MS	Susta a aplicação da Portaria nº 791, de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, que declara de posse permanente dos índios Terena a "Terra Indígena Cachoeirinha", localizada nos Municípios de Aquidauana e Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul.	4/8/2008 – CDHM - Designada Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES) 2/7/2008- CDHM - Recebimento pela CDHM. 25/6/2008 - CAPADR - Aprovado o Parecer do Dep. Paulo Piau (PMDB-MG), pela aprovação, contra os votos dos Deputados Anselmo de Jesus e Beto Faro. Apresentaram votos em separado os Deputados Beto Faro e Valdir Colatto. 20/12/2007 - MESA - Às CAPADR; CDHM e CCJC (Mérito e Art. 54, RI). Tem parecer da CDHM pela rejeição apresentado.
PDC 50/07	VALDIR COLATTO- PMDB/SC	Susta os efeitos da Portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do MJ, que homologa a demarcação da área d Guarani de Araça"y, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina, declarando-a como	7/7/2009 – CCJC - Designado Relator, Dep. Flávio Dino (PC do B-MA) 24/06/2009 CDHM – Apresentação do Voto em Separado, pelo Dep. Pastor Manoel Ferreira, também pela rejeição do PDC 10/03/2009 CDHM – Aprovação de Parecer do Dep. Pedro Wilson (PT-GO)

		de posse permanente do grupo indígena Nhandéva-Chiripá.	pela rejeição. 7/12/2007 - CDHM- Designado Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO) . Tem parecer favorável aprovado na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT/PA.
PDC 49/07	VALDIR COLATTO-PMDB/SC	Susta os efeitos da Portaria nº 795, de 19 de abril de 2007, do MJ, que amplia os limites da TI Toldo Pinhal, localizada nos Municípios de Seara, Paial e Arvoredo, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	04/05/2009 CCJC – Parecer do Relator , Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inconstitucionalidade deste, prejudicados os demais aspectos a serem analisados por esta Comissão 11/03/2009 CDHM Aprovado por unanimidade o parecer do Relator pela rejeição.Dep. Pedro Wilson (PT-GO). Tem parecer favorável aprovado na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT/PA.
PDC 48/07	VALDIR COLATTO-PMDB/SC	Susta os efeitos da Portaria nº 793, de 19 de abril de 2007, do MJ, de demarcação da TI Toldo Imbu, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	04/05/2009 CCJC – Parecer do Relator , Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela inconstitucionalidade deste, prejudicados os demais aspectos a serem analisados por esta Comissão 11/03/2009 CDHM Aprovado por unanimidade o parecer do Relator pela rejeição.Dep. Pedro Wilson (PT-GO). 11/12/2007- CDHM -Devolvido ao Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO) Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela rejeição. Tem voto em separado Dep. Anselmo de Jesus na CAPADR.
PDC 47/07	VALDIR COLATTO-PMDB/SC	Susta os efeitos da Portaria nº 792, de 19 de abril de 2007, do MJ, que amplia os limites da Terra Indígena Xapecó - Glebas A e B, localizada nos Municípios de Abelardo Luz e Ipuacu, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Kaingang.	08/04/2009 CCJC – Designado Relator, Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC) 25/11/2008 - CCJC- Designado Relator, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO) 19/11/2008 - CDHM- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela rejeição. 22/07/2008 - CDHM- Tem parecer aprovado pela aprovação do Dep. Moacir Micheletto (PMDB-PR na CAPADR. Voto em separado do Dep. Beto Faro, PT/PA.Falta parecer da CDHM. (CAPADR, CDHM E CCJC)
PDC 1621/05	FRANCISCO RODRIGUES - PFL/RR	Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da TI Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Apensados PDC 1622/05, PDC 1623/05, PDC 1624/05, PDC 1625/05, PDC 1626/05, PDC 1631/05, PDC 1652/05. Dos 8 dep. federais de RR.Tem parecer do Jefferson Peres e do Tião Viana no PDS 106/99 pela rejeição.	10/6/2008 - CCJC - Aprovado por unanimidade requerimento de Retirada de pauta apresentado pelo Deputado José Genoíno. 21/5/2008 - CCJC- Apresentado parecer do Relator, Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PDC 1622/2005, do PDC 1623/2005, do PDC 1624/2005, do PDC 1625/2005, do PDC 1626/2005, do PDC 1631/2005 e do PDC 1652/2005, apensados. Foi arquivado em 01/07 e desarquivado em 03/07 a pedido da Dep. Maria Helena de RR. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
PL 4791/09	IBSEN PINHEIRO – PMDB/RS ALDO REBELO - PCdoB/SP.	Submete ao Congresso Nacional a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Apensado à este o PL-4891/2009.	28/05/2009 – Designado Relator o Dep. Uzeni Rocha (PSDB/RR). 8/4/2009 - CREDN - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 26/3/2009 Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) - Designado Relator, Dep. George Hilton (PP-MG)
PL 5442/09	Dr. Ubiali (PSB-SP)	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, o Estatuto do Índio. Estabelece que após transitada em julgado a ação penal que resultar em condenação de índio por infração à Lei nº 9.605, de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais, será a gleba desafetada por desvio de finalidade.	10/07/2009 - CMADS - Recebimento pela CMADS.
PLS 414/05	ROMERO JUCÁ/RR	Estabelece os limites perimetrais da Sede e das Vilas pertencentes ao Município de Uiramutã - RR, extremando-as de terras indígenas.	13/02/2008 - CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: matéria com a relator Senador Mozarildo Cavalcanti, relator da Matéria, para reexame, devido as informações prestadas pelo MJ, em atendimento ao requerimento sua de autoria.
PLS 115/08	AUGUSTO BOTELHO	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.	14/10/2008 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Ao Senador INÁCIO ARRUDA, para relatar.

PL-2830/03	HAMILTON CASARA-PSB/RO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas que tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da CF e dá outras providências. Apenso: PL 3519/04	2/4/2008 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Alfredo Kaefer (PSDB-PR) 29/8/2007- Comissão de Minas e Energia (CME) - Parecer do Relator, Dep. Edmilson Valentim (PC do B-RJ), pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 3519/2004, apensado.
PL-3764/08	ANGELA PORTELA - PT/RR	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.Regula a indenização de benfeitorias a ocupantes de boa-fé em terras indígenas.	06/05/2009 CDHM – Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 23/04/2009 CDHM – Designado Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR) 15/04/2009 CAPADR – Aprovado por unanimidade Parecer do Relator, Dep. Valdir Colatto (PMDB-SC), pela aprovação.
PL 4295/08	WALDIR NEVES - PSDB/MS	Altera a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, alterando as competências da Funai. Redefine o papel e a competência da Fundação Nacional de Índio - Funai.	12/5/2009 - CTASP - Devolvida sem Manifestação. 10/12/2008 - CTASP - Prazo para Emendas ao Projeto 9/12/2008 – CTASP - Designada Relatora, Dep. Maria Helena (PSB-RR) 20/11/2008 – MESA - Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
PL 173/99	MENDES RIBEIRO - PMDB/RS	Dispõe sobre o procedimento de reserva de terras para comunidades indígenas que não estejam ocupando as terras que seriam de sua ocupação tradicional, e dá outras providências.	28/5/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, nos termos da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, com emenda. Parecer favorável aprovado na CDC. Parecer do relator aprovado na CFT, no mérito, pela aprovação, com emenda. Parecer favorável apresentado na CCJC.
PLS 188/04	CE Externa - "Terras Indígenas"	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências.	11/02/2008 - CCJ - Redistribuído ao Senador Eduardo Suplicy, para emitir parecer.
PL 490/07	HOMERO PEREIRA - PR/MT	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis. Apensados: PL-1218/2007, PL-2302/2007, PL-2311/2007	4/8/2008 – CDHM - Designada Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES) 7/7/2008 - CAPADR --Aprovado o parecer pela aprovação do Dep. Waldir Neves, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro. 27/8/2007 (CDHM) - Parecer apresentado da Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES), pela rejeição deste, e do PL 1218/07, apensado (CAPADR, CDHM e CCJC)
PLS 177/04	ROMERO JUCÁ/RR	Autoriza a União a emitir Títulos da Dívida Fundiária Indígena, a serem utilizados para o pagamento de desapropriação de terras contíguas a áreas indígenas imemoriais e benfeitorias nelas existentes, com o fim de solucionar ou evitar conflitos entre índios e demais grupos étnicos locais.	11/12/2007- CCJ - Recebido nesta comissão. Matéria pronta para a Pauta na Comissão com o voto, do Senador Leomar Quintanilha, pela rejeição do Projeto. A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais. Tem parecer da CCJC, não apreciado, pela rejeição o PLS, de 2005.
PL 2002/03	RICARTE DE FREITAS - PTB/MT	Dispõe sobre exploração agrícola em terras indígenas, cria o Fundo de Assistência ao Índio, e dá outras providências. Apensado: PL-7315/2006	28/3/2007 - MESA - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RI. Tem pareceres divergentes da CDHM.
PFC 55/08	Waldir Neves (PSDB-MS)	Propõe que a CAPADR, fiscalize e acompanhe todas as ações da FUNAI, no tocante a elaboração dos laudos antropológicos, pesquisas e estudos vinculados aos processos de demarcação de terras indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive Portarias FUNAI nos 788, 789,790 ,791, 792 e 793, publicadas no DOU no dia 10 de julho de 2008.	11/11/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) Designado Relator, Dep. Pedro Chaves (PMDB-GO)
Estatuto das Sociedades Indígenas			
PL 2057/91	ALOIZIO MERCADANTE	Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Apensados: PL 2619/92, PL 2160/91, PL 4916/90 (tem 7	18/6/2003 – PLEN - Apresentação da Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 895/2003, pela Dep. Janete Capiberibe

	- PT/SP	apensos a ele e um deles com 6 apensos).	6/12/1994 - MESA - Recurso 182/94, do Dep Artur da Tavola, requer, na forma do artigo 132, paragrafo segundo do RI, que este projeto seja apreciado pelo plenário.
Exploração de Recursos Minerais			
PEC 98/95	JÚLIO REDECKER - PPB/RS	Altera o parágrafo 3º e acrescenta novo parágrafo ao artigo 176 da CF, determinando que o poder publico está dispensado de autorização ou concessão da união para a pesquisa e exploração de recursos minerais desde que para uso imediato na construção civil de obras publicas.	30/03/2009 PLEN – Cria Comissão Especial. 12/4/2007 - MESA - Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD. Tem parecer pela admissibilidade aprovado pela CCJC.
PL-1610/96	ROMERO JUCÁ -PSDB-RR	Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da CF. Apensado: PL-7099/06, PL-7301/2006, PL-5265/2009 .	04/06/2009 Apense-se a este o PL-5265/2009. 2/12/2008- CE - Adiada a discussão, por cinco sessões, a requerimento do Deputado Márcio Junqueira e outros. 5/11/2008 - CE-Apresentação do Parecer às emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, PES 1 PL161096, pelo Dep. Eduardo Valverde 17/7/2008 - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Foram apresentadas 136 emendas ao substitutivo.
PL-4916/90	SEVERO GOMES - PMDB/SP	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências. Este tramita em apenso ao 2057/91 . 7 Apensados a ele: PL. 1561/89 (tem 6 apensados: PL.1700/89, PL 1826/89, PL 2160/89, PL 2193/89, PL 2935/89, PL 4563/89), PL 5742/90, PL. 5764/90, PL. 222/91, PL. 692/91, PL.738/91 e PL. 3061/92.	29/11/1994 - ...(desmembramento: aprovação deste, apenso ao principal PL. 2057/91 , aprovado, e dos seus apensos PL. 1561/89, apensos a este os PL. 1700/89, PL. 1826/89, PL. 2160/89, PL. 2193/89, PL. 2935/89, PL. 4563/89, PL. 5742/90, PL. 5764/90, PL. 222/91, PL. 692/91 (apensos do 4916/90 PL. 738/91 E PL. 3061/92.
PLS 605/07 Senado	AUGUSTO BOTELHO	Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. CAS - Comissão de Assuntos Sociais. Relatora: Fátima Cleide	14/10/2008 - CMA - À Senadora MARINA SILVA, para relatar. 27/05/2008 - PLEN - Leitura do Requerimento seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 18/10/2007 -PLEN - Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.
Exploração de Recursos Hídricos			
PDS 200/07	AUGUSTO BOTELHO	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajáí, no Estado de Roraima.	11/07/2009 - CCJ – Aprovado o Relatório do Senador Antô. Carlos Jr.. Voto em separado da Senadora Marina Silva. 01/04/2008 - CCJ - Recebido o relatório do Senador Flexa Ribeiro com voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto com a Emenda que apresenta. 14/06/2007 - PLEN - Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
PDS 201/07	AUGUSTO BOTELHO	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.	09/07/2009 - CCJ – Pronto para entrar na Pauta Relatório do Senador Almeida Lima pela rejeição do PDS. 14/06/2007 - PLEN - Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
PDC 2540/06	MOZARILDO CAVALCANTE PTB/RR	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima.	3/7/2008 - CMADS - Devolvido ao Relator, Dep. Antônio Roberto (PV-MG), para alteração de seu parecer, pela aprovação. Tem parecer favorável aprovado da CAINDR. Tem que passar pelas CME e CCJC ainda.
PDC 1790/05	EDUARDO VALVERDE PT-RO	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, localizado em trecho Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia	25/3/2008 -(CCP- ao Arquivo - Memorando nº 56/08 - COPER 21/12/2007 -MESA-Retirado o PDC 1790/05, em face do deferimento do requerimento REQ 2134/2007, nos termos do art. 114, VII, do RICD.

		a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Centrais Elétricas de Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.	
PDC 381/99	JOSÉ BORBA - PTB/PR	Dispõe sobre a Autorização do Uso de T.I.s na Região de São Jerônimo da Serra, no Rio Tibagi, de acordo com o art. 231, § 3º da CF, dispondo que o grupo indígena kaingang terá direito a um por cento do valor a ser distribuído a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório da usina hidrelétrica de São Jerônimo.	21/9/2007 - PLEN- Apresentação de Requerimento, pelo Deputado José Otávio Germano (Pres. da Comissão de Minas e Energia) que solicita a inclusão na pauta do Plenário do Projeto de Decreto Legislativo 381/1999 e do Projeto de Lei 2430/2000.
Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional			
PL. 4842/98	MARINA SILVA - PT/AC	Dispõe sobre o acesso a recursos genéticos e seus produtos derivados e dá outras providências. Incluindo sanções penais para os crimes contra o patrimônio genético, visando combater a biopirataria; regulamentando a nova CF. Apensado os PL 4579/98, PL 4751/98, PL 1953/99, PL 5978/05, PL-287/07, PL-3170/2008.	10/4/2008 - MESA -Apense-se a este o PL-3170/2008 10/3/2008 -PLEN - Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.
Saúde Indígena			
PL 6952/02	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças - APEC, e dá outras providências.	10/3/2008 - PLEN - Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.
Relevante Interesse Público da União			
PLP 273/08	WELLINGTON FAGUNDES - PR/MT	Declara as rodovias, ferrovias e hidrovias localizadas em terras indígenas como áreas de relevante interesse público da União.	07/05/2009 - Apresentação do Parecer do Relator, Dep. Carlos Santana, pela aprovação. 3/4/2008 - Designado Relator, Dep. Carlos Santana (PT-RJ)
PLP 260/90	CARLOS PATROCÍNIO - PFL /TO (SF)	Define a hipótese de "relevante interesse público da União", para os fins previstos no artigo 231, parágrafo 6º, da CF.	19/12/2006 - CCJC- Parecer aprovado ao Substitutivo da Dep. Raquel Capiberipe (CDCMAN). Pareceres pela constitucionalidade do projeto e inconstitucionalidade do substitutivo acima. CCJC- pendente e CREDN- aprovado
Educação e Cultura			
PEC 48/07 Senado	CRISTOVAM BUARQUE	Altera o art. 210 da Constituição Federal, para fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental e médio, e assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Apesadas a esta as PECsnºs 6 e 97, de 2003; 48, 80 e 94, de 2007; 15, 24 e 29, de 2008.	17/03/2009 CCJ – Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. 15/12/2008 - CCJ- Aguardando designação do relator 29/05/2007 - CCCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Aguardando designação do relator
PL 4257/08	VICENTINHO ALVES - PR/TO	Dispõe sobre a criação da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas, com sede na cidade de Palmas, estado do Tocantins.	25/03/2009 - CDHM – Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 13/03/2009 - CDHM – Designado Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) 26/11/2008 – CDHM - Recebimento pela CDHM.
PLC 46 /07	CARLOS ABICALIL- PT/MT	Acrescenta parágrafo 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo que a educação superior dos povos indígenas poderá efetivar-se nas universidades públicas ou privadas, ou em instituição de universidade indígena multicultural.	14/11/2007 - CE - Comissão de Educação - Distribuído à Senadora Ideli Salvatti, para relatar.
PL-73/99	NICE LOBÃO	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Apensados: PL	25/11/2008 -MESA-Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 678/08/PS-GSE.

		373/03 (PL 2923/04), PL 615/03, PL 3627/04, PL 14/07, PL 1330/07, PL 1736/07.	20/11/2008 -MESA- Desapensação automática dos Projetos de Lei de n.ºs. 73/99, 373/03, 615/03, 3.627/04, 14/07, 1.330/07 e 1.736/07, apensados, em face da declaração de prejudicialidades dos mesmos, decorrente da aprovação, em Plenário, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura (PL 73/99). 20/11/2008- PLEN - Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)
PL 3242/04	EDUARDO VALVERDE - PT/RO	Acrescenta os Incisos X e XI no art. 1º da Lei Ordinária nº 8.313, de 1991, incluindo como finalidade do PRONAC a promoção da cultura indígena, afro-brasileira, de minorias e manifestações folclóricas tradicionais.	20/11/2008 - CCJC - Parecer do Relator, Dep. Moreira Mendes (PPS-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 20/4/2007 - MESA - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RI. Pareceres favoráveis aprovados pela CDHM e CEC.
PL-1456/03	CARLOS ABICALIL-PT/MT	Dispõe sobre a criação da Fundação Universidade Federal Autônoma dos Povos Indígenas.	03/06/2009 - CFT - Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. 01/04/2009 - CFT - Designado Relator, Dep. João Dado (PDT-SP) 6/11/2008-CFT- Designado Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) 23/5/2008 - MESA- Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o PL 1456/03, pois configurou-se a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do RICD.24/4/2008 Comissão de Educação e Cultura (CEC) Parecer do Relator, Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), pela rejeição, com encaminhamento de Indicação ao Poder Executivo. Pareceres favoráveis aprovados na CDC e CTASP.
Outros			
<u>PL-3571/08</u>	PODER EXECUTIVO	Estabelece que o CNPI substituirá a Comissão Nacional de Política Indigenista; será um órgão de composição paritária com representantes do Executivo, dos Povos e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas. Altera a Lei nº 5.371, de 1967 e revoga o Decreto-Lei nº 423, de 1969, que tratam sobre a FUNAI.	06/05/2009 - Recebimento pela CFT 29/4/2009 CTASP – Aprovado por Unanimidade o parecer da Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), pela aprovação, com emenda. 2/12/2008 -CTASP- Não foram apresentadas emendas. 5/11/2008 -CDHM- Aprovado por Unanimidade o Parecer da Relatora, Dep. Iriny Lopes (PT-ES). 14/7/2008 - MESA - Indeferido o REQ 2965/08, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro, tendo em vista que a distribuição foi feita nos termos regimentais (art. 139 do RICD), por não tratar o Projeto diretamente sobre assunto que envolva mérito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.
PL-3410/08	HENRIQUE AFONSO - PT/AC	Introduz o art. 1211-D na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para dispor sobre prioridade na tramitação de processos de interesse dos Índios.	4/12/2008 Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) Parecer do Relator, Dep. Pedro Wilson (PT-GO), pela aprovação
PDS 44/07	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA XUCURUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.	05/06/2007 - Transformada em norma jurídica DLG - 117 de 04/06/2007
PLP 12/03	SARNEY FILHO - PV/MA	Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que se refere às competências comuns de proteção ao meio ambiente, previstas nos incisos VI e VII do art. 23 da CF. Apensos o PLP 127/07 e PLP 388/07	29/04/2009 CCJC - Aprovação por unanimidade a complementação de voto pelo Dep. Geraldo Pudim. 04/03/2009 CCJC – Apresentação do Voto Separado pelo Dep. Regis de Oliveira; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. 16/12/2008 – CCJC - Parecer com Complementação de Voto, Dep. Geraldo Pudim (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do Substitutivo da CAPADR, do Substitutivo da CMADS, do PLP 388/2007 e do PLP 127/2007, apensados, com substitutivo.Tem pareceres favoráveis aprovados na CMADS e CAPADR.
PLS 69/04	AUGUSTO BOTELHO	Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal.	08/07/2009- CCJ – aprovado Req. da Sen.. Marina Silva para realização de Audiência Pública para instruir a matéria. 12/05/2009 – CCJ - Relatório do Senador Neuto de Conto, com voto pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Matéria pronta para a Pauta

			na Comissão. Parecer cita decisão do STF sobre RSS. 06/02/2008 - CCJ - Rrelatório reformulado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que conclui pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.
PLP 351/02	MARINA SILVA - PT/AC	Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, para as unidades da Federação que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Apensado PLP 07/99 (apenso os PLP 50/99 e 319/02)	- 03/06/2009 - Apresentação do Requerimento Nº 4913/2009, pelo Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG) , que solicita a inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 351, de 2002, na Ordem do Dia. 2/12/2008 -MESA- Apense-se a este o PLP-435/2008. 15/4/2008 - PLEN - Apresentação de REQ, pela inclusão na Ordem do dia. 04/04/2006 - CCJC - Parecer aprovado do Relator, Dep. Sigmaringa Seixas, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
PLC 45/07 Senado	LOBBE NETO - PSDB/SP	Denomina o Parque Indígena do Xingu, de "Parque Indígena do Xingu Orlando Villas Bôas".	13/02/2008 - SSCLSF - aguardando inclusão na ordem do dia. A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo sem apresentação de emendas à matéria.
PL 7072/06	PAULO PAIM - PT/RS	Institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, 07/02.	12/6/2008 - MESA- Transformado na Lei Ordinária 11696/2008. DOU 13/06/08 PÁG 01 COL 02
PL 2669/07	DR. TALMIR - PV/SP.	Denomina o Beato Padre José de Anchieta, Patrono dos Povos Indígenas.	9/4/2008 - CEC - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. Às Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).
Crime			
PL 2462/91	HELIO BICUDO - PT/SP	Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade.	19/02/2009 MESA – Apensados PL 149/03 e 2462/91. 10/7/2008 - PLEN - Requerimento para ir á CDHM. 13/5/2008 Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) - Parecer do Relator, Dep. Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), pela rejeição deste e pela aprovação do PL 6.764/02, apensado, com adoção das emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
PLS 216/08	LOBÃO FILHO	Altera o art. 56 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para estabelecer critérios de imputabilidade de índios.	10/06/2008 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Matéria distribuída ao gabinete da Senadora Fátima Cleide para proferir o seu relatório.
PL 3352/04	EDUARDO VALVERDE - PT/RO	Inclui o inciso IV no art. 58 da Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973, que institui o Estatuto do Índio, constituindo crime contra os índios e a cultura indígena a intrusão ou uso não autorizado de terras indígenas, das riquezas do solo, dos rios e lagos existentes nessas terras.	4/12/2008 – CCJC - Parecer do Relator, Dep. Ricardo Tripoli (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação 18/3/2008 - CCJC- Designado Relator, Dep. Ricardo Tripoli (PSDB-SP) Parecer pela aprovação aprovado em 2005, CDHM.
PL 6418/05	PAULO PAIM - PT/RS	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Apensado a este o PL-2665/2007.	1/2/2008 – MESA- Apense-se a este o PL-2665/2007 10/9/2007 - CDHM -Apresentação dos Votos em Separado, pelo Dep. Pastor Manoel Ferreira e Dep. Dr. Talmir . 11/7/2007 - CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação deste, do Substitutivo 1 ao PL 2252/96 da CCJC, PL 1026/95, PL 1477/03, PL 6573/06, PL 6840/02, PL 715/95, PL 2252/96, PL 5452/01, e PL 987/07, apensados, com substitutivo.
PL 1057/07	HENRIQUE AFONSO - PT/AC	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais. Projeto de Lei conhecido como "Lei Muwaji", em homenagem a uma mãe da tribo dos suruwahas, que se rebelou contra a tradição de sua tribo e salvou a vida da filha, que seria morta por ter nascido deficiente.	4/12/2008 – CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação, na forma do substitutivo anexo. 7/7/2008 - CDHM - Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação, com substitutivo que propõe medidas educativas ao invés de criminalizantes. Houve audiência pública em 09/07. Tem parecer antropológico da Rita Segato.